**SISTEMA TRIBUTÁRIO OPRESSIVO: EM BUSCA DA
EFETIVAÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL COM A REDUÇÃO
DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, VISANDO A CIDADANIA E A
EDUCAÇÃO FISCAL COM O AUXÍLIO DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS¹**

**OPPRESSIVE TAX SYSTEM: SEEKING THE EFFECTIVENESS OF
THE EXISTENTIAL MINIMUM WITH REDUCING SOCIAL
INEQUALITIES, AIMING CITIZENSHIP AND TAX EDUCATION
WITH THE AID OF SOCIAL MOVEMENTS**

Gabriela LiandraCortezia²

RESUMO

A proposta deste artigo é mostrar que o atual Sistema Tributário Brasileiro não é capaz de suprir todos os direitos básicos (mínimo existencial) e reduzir as desigualdades sociais. No qual, a tributação juntamente com uma educação fiscal e o exercício pleno da cidadania podem combater as desigualdades sociais e juntamente buscar pelo mínimo existencial. Por seguinte compreender o auxílio dos movimentos sociais em relação a essa efetivação da busca por melhorias e por direitos. Sendo por meio desses movimentos que se efetiva o exercício pleno da cidadania a fim de garantir o mínimo

1 O assunto abordado neste presente artigo está ligado à pesquisa como aluna Bolsista de Iniciação Científica tendo como matéria abordada: Tributação e desigualdade social: em busca de mecanismo de efetivação dos direitos fundamentais e do exercício da cidadania; a Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Direito, e o Projeto de pesquisa de Mestrado.

2 Bacharel do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus Santo Ângelo. Estudante intercambista na università degli studi di Perugia -UNIPG, período de sete meses no ano de 2018. Bolsista PIIC/URI do Projeto de Pesquisa "Tributação e Desigualdade Social", vinculado ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, coordenado pelo professor Mestre Eduardo Meyer Mendes, da URI, campus Santo Ângelo. Possui formação complementar em língua inglesa, com período de estudos no Canadá e intercâmbio na Italy possuindo fluência na língua italiano. Formada no ano de 2019, no qual fui privilegiada com uma bolsa de estudos na Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do RS- FESDEP, por ser um dos cinco melhores alunos do curso de Direito 2019 da URI . E-mail gabiicortee@gmail.com

existencial, e a importância do saber educacional nas relações públicas para poder questionar e fiscalizar a tributação.

Palavras-chave: Tributação. Cidadania. Educação Fiscal. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The purpose of this article is to show the current Brazilian Tax System is not able to supply all basic rights (minimum existing) and reduce social inequalities. In which a joint taxation with a tax education and the full exercise of citizenship can fight as social inequalities and seek as little as possible. Then understand the help of social movements in relation to this realization of the search for improvements and rights. It is through these movements that the full exercise of citizenship is effected in order to ensure the minimum existential, and the importance of educational knowledge in public relations to be able to question and monitor taxation.

Keywords: Taxation. Citizenship. Tax education. Social movements.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É de notório saber que o Sistema Tributário Brasileiro como exposto atualmente não é capaz de suprir todos os direitos básicos e reduzir as desigualdades sociais. Por isso é importante à discussão de acordo com os constantes debates acerca da alta carga tributária, da efetividade dos direitos fundamentais, da redução das desigualdades sociais, e em relação à cidadania e a educação fiscal que se mostra como um pontapé para uma mudança e por fim a contribuição dos movimentos sociais no Estado de Direito, pontos esses que são cada vez mais frequentes no cotidiano social.

O objetivo geral da pesquisa é possibilitar a reflexão e discussão sobre o tema, especialmente com vistas a entender como que o sistema tributário atual pode colaborar com a efetivação dos direitos básicos e consequentemente reduzir as desigualdades sociais, evidenciar a importância da cidadania e da educação fiscal com o amparo dos movimentos sociais.

A natureza da pesquisa é teórica, proveniente das consultas bibliográficas, com a qual se almeja o estudo da doutrina, de periódicos especializados. O trabalho é realizado por meio da abordagem qualitativa, e o método utilizado é o compreensivo, com vista à reflexão e resposta para o problema que ora se apresenta.

2. SISTEMA TRIBUTÁRIO ATUAL: A EFETIVAÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.

Não há conhecimento ao certo da data do surgimento dos tributos, porém, pode-se afirmar que nas sociedades primitivas já se utiliza alguma forma de sistema tributário, com a finalidade de assegurar a sobrevivência dos indivíduos. A questão é de que vários documentos jurídicos históricos tratam da temática, podendo-se citar, a título ilustrativo, a Magna Carta de João Sem Terra, editada em 1215, assinada pelo rei João da Inglaterra perante os barões feudais e os eclesiásticos da época e a Declaração dos Direitos do Homem de 1789 provenientes da afamada Revolução Francesa, apenas para título exemplificativo.

Conforme o art. 3º do Código Tributário Nacional no qual dispõe que: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. (BRASIL, 1966).

A tributação no Brasil detém uma considerável representatividade arrecadatória para os cofres públicos, na qual a finalidade dos tributos é recolher valores em prol do Estado, para que o mesmo então atenda as necessidades da população, sendo assim, a tributação se legitima no interesse do bem comum.

Conforme ensina Ruy Barbosa Nogueira, “os tributos (...) são as receitas derivadas que o Estado recolhe do patrimônio dos indivíduos, baseado no seu poder fiscal (poder de tributar, às vezes consorciado com o poder de regular), mas disciplinado por normas de direito público que constituem o Direito Tributário”. (NOGUEIRA, 1995, p. 391).

É importante frisar que, a própria Constituição Federal determina que um dos objetivos da República Federativa seja o combate da desigualdade social, conforme determina o art. 3º da Constituição Federal “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais

da República Federativa do Brasil: III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.” (BRASIL, 1988).

Para o escritor Paulsen, “O Direito tributário afeta não só a relação cidadão/Estado, mas também a relação dos cidadãos uns com os outros. É direito da coletividade”. (PAULSEN, 2014, p.12).

Como sabido, há uma enorme desatenção em relação à solidariedade social quando nos referimos aos gastos públicos, confirmada pela corrupção e o desperdício, de forma que mesmo com maior arrecadação de tributos se torne sempre insuficiente, fazendo com que o princípio da solidariedade se desgaste, e que os contribuintes se sintam enganados. Para que este princípio possa ter eficácia a relação jurídica tributária deverá ser realizada de forma honesta e de forma respeitosa, para que assim seja suprida as necessidades dos indivíduos. Segue trecho do autor Machado referente a isto:

É certo que a ideia de solidariedade social deve estar presente como fundamento da tributação, mas a relação jurídica tributária é sempre uma relação individualizada entre o Estado e o contribuinte, e nesta deve prevalecer o princípio da legalidade. A ideia de solidariedade deve ser, portanto, deslocada para o plano do gasto público. O Estado é que, dispondo do dinheiro que arrecada com os tributos, deve realizar o gasto público tendo em vista a solidariedade social. (MACHADO, 2013, p. 48).

Desta forma, afirma Nabais que: “O Estado na sua configuração de Estado Social não pode deixar de garantir a cada um dos membros da sua comunidade um adequado nível de realização dos direitos à saúde, à educação, à habitação, à segurança social, etc”. (NABAIS, 2005, p. 115).

Verificar-se que o problema que tange a desigualdade social, não está só presente no Brasil, mas em outros países, é que esta questão traz várias consequências negativas; sendo de responsabilidade de cada órgão governamental, e de suas entidades de cunho universal, ter atitudes para tentar reduzir as desigualdades sociais, como por exemplo, num primeiro momento combater a fome e a miséria.

Para Giddens, no que tange a desigualdade econômica social nos referimos especialmente à riqueza, a renda e as condições trabalhistas que há entre os países. E, mais, a exclusão faz com que as pessoas excluídas não tenham as mesmas oportunidades que são disponibilizadas ao resto da população. Tem-se como exemplo a

exclusão no mercado de trabalho, a exclusão de serviços básicos, a exclusão de relações sociais, entre outros. Giddens faz menção a uma técnica para se medir a pobreza:

Uma técnica comum usada em tentativas de medir a pobreza absoluta é determinar a linha da pobreza, baseada no preço de mercadorias básicas necessárias para sobrevivência humana em determinada sociedade. Diz-se que indivíduos ou famílias cuja renda fica abaixo da linha da pobreza vivem na pobreza. Ainda assim, usar um único critério de pobreza pode ser problemático, pois essas definições não levam em conta às variações as necessidades humanas dentro das sociedades e entre elas. (GIDDENS, 2012, p. 345).

A desigualdade social é um dos problemas que acomete a sociedade brasileira, trazendo consigo uma gama de outros problemas, como a fome, a precariedade no atendimento à saúde, previdência, assistência social, educação, segurança pública e tantos outros campos que poderia se elencar.

De acordo com Alberto Amadei Neto as desigualdades nos aspectos socioeconômicos, de oportunidades de acesso aos bens materiais e imateriais e de representatividade política, de gênero, entre outras; decorre de mecanismos de acumulação de capital e poder.

Decorre dos processos que privilegiam a acumulação do capital e do poder, tida como natural e necessária. Ela é potencializada pelos mecanismos citados, reforçada pelo Estado, sustentada pelo complexo arcabouço jurídico, por jurisprudências elitistas. A grande mídia serve para reforçar as dimensões ideológicas que apontam que o rico é rico por mérito, conseqüentemente, o pobre o é por falta de esforço e vontade, por demérito. (2012, p. 12)

Por consequência, o Estado deve assegurar que a população tenha acesso à educação e à cultura, sendo que tal direito possa ser exercitado de forma plena, dado que pouco adianta garantir liberdade de expressão aos privados das condições mínimas para praticá-las. Assim sendo, a maior parte das riquezas permanece nas mãos de pequena fatia da população mundial, o que, conseqüentemente, acaba refletindo negativamente nos direitos fundamentais e no exercício da cidadania da maior parte da população desafortunada.

Grande parte dos direitos fundamentais está elencado no artigo 25 da Declaração dos Direitos Humanos da ONU de 1948, na qual garante que todo o indivíduo e seus familiares têm direito a uma qualidade de vida digna, que lhes sejam assegurados saúde, alimentação, habitação, vestuário e serviços de previdência social os quais

garantam proteção contra o desemprego, a viuvez e a velhice, dentre outras providências e a educação como um direito social básico a ser garantido pelos poderes constituídos. Como norma internacional complementar à declaração de direitos humanos, a Resolução 2.200-A (XXI), em 16/12/1966, edita pela ONU, que trata do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc).

Os direitos fundamentais correspondem aos: direitos de liberdade, os direitos políticos, os direitos econômicos, os direitos culturais, direitos sociais (lazer, trabalho, seguridade social, saúde, educação), direito à informação, direito de petição, direito ao poder judiciário, direitos difusos e coletivos, direitos biológicos, direitos digitais, direito à paz e o principal o direito à dignidade da pessoa humana.

Giddens entende que em relação ao o estado de bem-estar social, grande parte dos países desenvolvidos desempenha atualmente um papel centralizador na prestação e assistência social.

A maioria dos países industrializados e em processo de industrialização no mundo atualmente é formado por Estados de bem-estar social. Com isso, quer-se dizer que o Estado desempenha um papel central na prestação de assistência social, por meio de um sistema que oferece serviços e benefícios que satisfazem as necessidades básicas das pessoas, como saúde, educação, habilitação e renda, um papel importante do Estado de bem-estar envolve lidar com os riscos que as pessoas enfrentam no decorrer de suas vidas: doenças, deficiência, perda de emprego e velhice. (GIDDENS, 2012, p. 363).

O entendimento do mínimo existencial é de um direito fundamental a sobrevivência do ser humano; no que concerne a teoria do Mínimo Existencial e que é um subsistema da Teoria dos Direitos Fundamentais e tem como finalidade respaldar as lutas sociais (movimento sociais) contra a exclusão social e a miséria.

Torres coloca que não pode ser qualquer direito mínimo que irá ser um mínimo existencial, requer um direito minimamente digno,

Não é qualquer direito mínimo que se transforma em mínimo existencial. Exige-se que seja um direito a situações existenciais dignas. Sem o mínimo necessário à existência cessa a possibilidade de sobrevivência do homem e desaparecem as condições iniciais da liberdade. A dignidade humana e as condições materiais da existência não podem retroceder aquém de um mínimo, do qual nem os prisioneiros, os doentes mentais e os indigentes podem ser privados. (TORRES, 2009, p. 70).

Referente a efetivação dos direitos fundamentais em uma nova visão ao art. 5 da Constituição Federal, onde se tem apenas os brasileiros (natos e naturalizados) assim como os estrangeiros residentes no país, nos quais apenas esses seriam os titulares dos direitos fundamentais, o STF julgou que os estrangeiros que estão de passagem no território brasileiro também podem ser titulares de alguns direitos fundamentais, de acordo com o julgamento do HC 94.016/SP, 2ª Turma, Relator Ministro Celso de Mello, DJe de 16.09.2008:

“HABEAS CORPUS' (...) ESTRANGEIRO NÃO DOMICILIADO NO BRASIL - IRRELEVÂNCIA - CONDIÇÃO JURÍDICA QUE NÃO O DESQUALIFICA COMO SUJEITO DE DIREITOS E TITULAR DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLENITUDE DE ACESSO, EM CONSEQÜÊNCIA, AOS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS DE TUTELA DA LIBERDADE - NECESSIDADE DE RESPEITO, PELO PODER PÚBLICO, ÀS PRERROGATIVAS JURÍDICAS QUE COMPÕEM O PRÓPRIO ESTATUTO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE DEFESA (...). O SÚDITO ESTRANGEIRO, MESMO AQUELE SEM DOMICÍLIO NO BRASIL, TEM DIREITO A TODAS AS PRERROGATIVAS BÁSICAS QUE LHE ASSEGUREM A PRESERVAÇÃO DO "STATUS LIBERTATIS" E A OBSERVÂNCIA, PELO PODER PÚBLICO, DA CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DO "DUE PROCESS".

- O súdito estrangeiro, mesmo o não domiciliado no Brasil, tem plena legitimidade para impetrar o remédio constitucional do "habeas corpus", em ordem a tornar efetivo, nas hipóteses de persecução penal, o direito subjetivo, de que também é titular, à observância e ao integral respeito, por parte do Estado, das prerrogativas que compõem e dá significado à cláusula do devido processo legal. - A condição jurídica de não-nacional do Brasil e a circunstância de o réu estrangeiro não possuir domicílio em nosso país não legitimam a adoção, contra tal acusado, de qualquer tratamento arbitrário ou discriminatório. Precedentes. - Impõe-se, ao Judiciário, o dever de assegurar, mesmo ao réu estrangeiro sem domicílio no Brasil, os direitos básicos que resultam do postulado do devido processo legal, notadamente as prerrogativas inerentes à garantia da ampla defesa, à garantia do contraditório, à igualdade entre as partes perante o juiz natural e à garantia de imparcialidade do magistrado processante.” HC 94.016/SP, 2ª Turma, Relator Ministro Celso de Mello, DJe de 16.09.2008.

Breve resumo do julgamento do STF em 16.09.2008, HC 94.016/SP, 2ª Turma, Relator Ministro Celso de Mello, em síntese os turistas, os apátridas e as pessoas jurídicas, assim como os brasileiros (natos ou naturalizados) e os estrangeiros residentes no país, terão os seus direitos fundamentais assegurados.

Diante de todo o quadro exposto é preciso combater as desigualdades sociais e a pobreza que assola o Brasil, sendo que, uma das ferramentas que o Estado tem em mãos é a tributação. É o qual importante é manter o mínimo existencial ao ser humano. Por

isso no tópico seguinte trataremos sobre a cidadania e a educação fiscal como uma maneira de mudar o Sistema Tributário Nacional que se encontra tão defasado.

3. CIDADANIA E EDUCAÇÃO FISCAL: UMA ESPERANÇA PARA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Por meio de políticas públicas e o amplo exercício da cidadania, a tributação, sendo arrecadada de forma justa conforme a capacidade contributiva de cada contribuinte pode-se obter como resultado final uma redução expressiva da desigualdade social no Brasil.

A concepção de *cidadania* aparece na antiguidade clássica (gregos e romanos), onde se tinha uma ligação entre a cidade e o homem livre, reconhecendo direitos e impondo obrigações e orientando condutas cívicas. A cidadania em relação ao patrimonialismo fica conexas ao complexo de regalias e privilégios sendo esses usufruídos por aqueles que ficam vinculados à determinada condição que adquirem um status. (MELLO, 2001, p.254).

Bastos dispõe em sua obra “*A função tributária. Por uma efetiva função social do tributo*”, que o Estado necessita arrecadar dinheiro, o próprio sustento e para regular a vida humana em sociedade, por isso o Poder/Dever de tributar e arrecadar impostos.

Pois bem, para desenvolver essas atividades que regulam a vida humana em sociedade, o Estado precisa, além do dinheiro propriamente dito, planejar seus gastos e despesas para fazer menor o percurso até a almejada realização do bem comum. Essas tarefas a serem realizadas pelo Estado são o que se denomina Atividade Financeira do Estado. (BASTOS, 2006, p. 144).

Para Lopes “a cidadania deve ser concebida como um direito, sendo que, simultaneamente e paralelamente, a noção de dever deve ser inserida no seu conteúdo, já que não existem direitos sem seus deveres correlatos”. (LOPES, 2006, p. 25).

Canclini comenta que “*ser cidadão*” é muito mais do que ter direitos estatais reconhecidos, ser cidadão vai muito mais além, é ter engajamento em práticas sociais e culturais, que dão o sentimento de pertencer ao ambiente.

(...). Ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem que

se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades. (CANCLINI, 2005, p. 35).

A concentração das riquezas repousa nas mãos de pequena fatia da população mundial, o que, conseqüentemente, acaba refletindo negativamente nos direitos fundamentais e no exercício da cidadania da maior parte da população desafortunada. De outro lado, é de conhecimento geral que a principal fonte de arrecadação do Estado é por meio dos valores amealhadas com os tributos, bem como que, o Brasil possui uma pesada carga tributária que, sintomaticamente e paradoxalmente, pesa mais nos ombros das classes desprovidas de recursos financeiros.

Sobre a função tributaria e o poder-dever tributário, Bastos comenta que de acordo com o art. 3º da CF/88, o cidadão tem o dever de contribuir, para que o Estado consiga suprir as necessidades fundamentais, assim como o cidadão tem o dever de pagar os tributos impostos a ele, o mesmo tem o poder de fiscalizar e participar da política pública.

Os direitos têm por fundamento ético-jurídico os deveres e como fundamento histórico-social as necessidades. Desse modo, da necessidade em se alcançar os objetivos fundamentais de uma sociedade, que no caso da brasileira se encontram fixados no aludido art. 3º da CF/88, nasce o dever do cidadão em contribuir com os recursos disponíveis e proporcionais para criar os meios necessários ao alcance de tais objetivos, e desse dever nasce não só o direito do Estado de “manejar poderes indispensáveis à satisfação do interesse alheio que está a seu cargo prover”, mas o direito de cada cidadão em exigir tal contribuição e fiscalizar sua aplicação no sentido de que, uma vez arrecadada, possa ser utilizada no processo de concretização de tais objetivos. (BASTOS, 2006, p. 145).

De acordo com Elísio Augusto Velloso Bastos, o cidadão deve usufruir dos instrumentos disponibilizados para poder obter maior participação direta na política pública.

Podemos certamente incluir nessas medidas a criação e desmistificação de um maior número de instrumentos que possibilitem a participação direta do cidadão no estabelecimento, execução e fiscalização de políticas públicas, como o recall, o referendo, o plebiscito, atuação em conselhos de educação, movimentos sociais, audiências públicas, reuniões acerca do orçamento participativo, entre outras medidas. (BASTOS, 2006, p. 152).

Segundo o que está disposto no Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), a educação fiscal, juntamente como pleno exercício da cidadania tem o objetivo de levar conhecimento ao cidadão sobre a atividade pública,

Educação Fiscal deve ser compreendida como uma abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, estimulando o cidadão a compreender o seu dever de contribuir solidariamente em benefício do conjunto da sociedade e, por outro lado, estar consciente da importância de sua participação no acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador. A Educação Fiscal deve tratar da compreensão do que é o Estado, suas origens, seus propósitos e da importância do controle da sociedade sobre o gasto público, através da participação de cada cidadão, concorrendo para o fortalecimento do ambiente democrático (BRASIL, 2008, p. 27).

Diante de todo esse cenário, fica evidenciado que o Direito à Educação desempenha historicamente a função de ponte entre os direitos políticos e os direitos sociais. É garantido pela Constituição da República, no seu art. 6º, quando trata dos direitos sociais e no art. 205, que salienta a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2008, p. 18).

O PNEF (Programa Nacional de Educação Fiscal) de acordo com a Portaria nº 413/02, e dividido em módulos e tem os seguintes órgãos como responsáveis pela sua implementação: o Grupo de Trabalho de Educação Fiscal (GEF, antigo GET), Grupo de Educação Fiscal dos Estados (GEFE), Grupo de Educação Fiscal da Secretaria da Receita Federal (GEFF) e o Grupo de Educação Fiscal dos Municípios (GEFM). (BRASIL, 2008).

Para Lima a educação fiscal enfrenta desafios nos dias atuais os quais ele cita neste trecho:

A educação fiscal enfrenta obstáculos de limitação de tempo, dinheiro e recursos humanos. Especialmente em momentos de crise, quando os governos enfrentam restrições orçamentárias mais acentuadas, enquanto algumas administrações fiscais tomam essa iniciativa como um objetivo estratégico, outras a consideram pouco relevante. Nesse último caso, talvez a razão esteja na dificuldade de se mensurar a relação de causalidade entre essa temática educacional e a mudança de comportamento dos contribuintes. De toda sorte, é importante destacar que os mecanismos legais de punição de quem sonegam tributos só alcançam aqueles que assim se portaram por desconhecimento ou pela vontade mesmo de se eximir de suas responsabilidades para com a sociedade. Por outro lado, apenas a ampla conscientização do cidadão como sujeito de direitos e deveres possui um real potencial transformador da nossa sociedade. (LIMA, s.a, p. 13).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 007/2010 dispõe que a educação fiscal é parte da educação formal, para recepcionar as mundas do mundo contemporâneo, buscando pela “dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de qualquer forma de discriminação, a importância da solidariedade e a capacidade de vivenciar as diferentes formas de inserções sociopolítica e cultural”. (BRASIL, 2008, p. 18).

De acordo com dados oficiais que demonstram que até 2012 o Brasil tinha diminuído a pobreza extrema para menos de um sétimo da existente em 1990. “Estimava-se que atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) significaria que, até 2015, mais de 500 milhões de pessoas sairiam da extrema pobreza, mais de 300 milhões não passariam mais fome e 30 milhões de crianças deixariam de morrer antes de completar cinco anos”³. Na visão de Lima,

Alguns autores apontam que as principais causas da redução da pobreza e da desigualdade seriam a melhoria progressiva do acesso à rede de ensino e o aumento da disponibilidade de alimentos e bens de consumo duráveis a custos reduzidos. Ainda que momentos de crise econômica constituam uma notória limitação a esse processo, pois impede que a renda da população aumente, o progresso sistemático dos indicadores de consumo, renda, expectativa de vida, educação e condições habitacionais, mesmo numa economia estagnada, revelam uma redução importante nas condições de pobreza extrema. Com relação a isso, as políticas de transferência possuem algum impacto nessas melhorias, mas limitado. Isso se deve tanto ao pequeno volume de recursos transferidos à população beneficiada pelo programa, quanto à concentração deficiente dos recursos alocados a essas políticas, uma vez que muitos deles são distribuídos tanto a famílias inegavelmente pobres, quanto a outras nem tão pobres assim. (LIMA, s.a, p. 13).

Demo no que concerne a pobreza política e a uma sociedade desorganizada que não é suficiente para se constituir-se como povo responsável e consciente, por isso a importância da organização de um todo, o autor afirma que:

Não é exagero afirmar que o traço mais profundo da pobreza política de um povo seja a falta de organização da sociedade civil, sobretudo frente ao Estado e às oligarquias econômicas. Uma sociedade desorganizada não chega a constituir-se como povo consciente e capaz de conquistar espaço próprio de auto sustentação da história; ao contrário, caracteriza-se como massa de manobra. (DEMO, 2001, p. 24-25).

³ Cf. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de desenvolvimento do milênio: Relatório nacional de acompanhamento. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.redeblh.fiocruz.br/media/relnacodm.pdf> .

Conforme o comentário de Demo, concluímos que no País, há uma situação de pobreza política, que precisa, urgentemente, ser modificada, e aí sim avançar na construção de uma cidadania brasileira nas condições acima mencionadas. Espera-se que esses rudimentos constituintes da cidadania podem e devem ser espalhados dentre toda a população, para que então, a começar de sua assimilação, a cidadania passe do mundo teoria para a prática. Daí a forte ligação existente entre educação e cidadania, e com isso as contribuições que os movimentos sociais tiveram no decorrer dos anos e na atualidade.

4. OS MOVIMENTOS SOCIAIS: E A SUA COLABORAÇÃO NA TRIBUTAÇÃO

A importância dos movimentos sociais e sua contribuição nos diferentes ramos da sociedade, mas especificadamente no ramo tributário. Assim como boa parte das coisas, os movimentos sociais e a tributação foram se modificando ao decorrer dos anos. E a cada conquista, se tornando mais forte e reconhecido. Carvalho menciona que os direitos civis evoluíram lentamente em sua progressão ao decorrer dos anos, mas podemos dizer que o acesso à justiça progrediu um pouco mais ao passar das décadas, no qual fica evidente destacar que nesse período sucedeu-se o surgimento de uma participação popular mais expressiva, que teve como consequências o movimento de 1930 e as campanhas nacionalistas da década de 50.

Os direitos civis progrediram lentamente. Não deixaram de figurar nas três constituições do período, inclusive na ditatorial de 1937. Mas sua garantia na vida real continuou precária para a grande maioria dos cidadãos. Durante a ditadura, muitos deles foram suspensos, sobretudo a liberdade de expressão do pensamento e de organização. O regime ditatorial promoveu a organização sindical mas o fez dentro de um arcabouço corporativo, em estreita vinculação com o Estado. [...]. (CARVALHO, 2011, p. 88).

Ilse Scherer Warren refere-se que no final do século XX para o começo de um novo milênio, as sociedades e os movimentos sociais tiveram uma mudança organizacional e uma maior participação na esfera política e social, e a cidadania como

um meio de controle social e político eficaz em relação ao crescimento da democracia, como podemos observar no trecho a seguir:

(...). As organizações da sociedade civil e os movimentos sociais passam a valorizar cada vez mais formas de participação institucional (audiências públicas, assembleias e conferências políticas, fóruns, conselhos setoriais de políticas públicas, orçamento participativo, Agenda 21, etc.). Tais organizações percebem, nesses espaços, a oportunidade do exercício do “controle social pela cidadania”, considerado como um meio político adequado e legítimo para a expansão da democracia. Simultaneamente, alguns desses movimentos defendem e realizam uma resistência política mais ativa (ocupações de terra, bloqueio de estradas e ocupação de órgãos públicos e de empresas, especialmente transnacionais consideradas nocivas ao meio ambiente ou à participação social dos excluídos na produção social da riqueza, e outras formas de intervenção com impacto político). Essa última tendência percebe, nessas formas de resistência, as possibilidades de atuação para “um novo projeto de nação”. (WARREN, 2008, p. 506).

De acordo com Canclini, os *movimentos sociais* tiveram e tem uma grande importância na construção do cidadão, não apenas nas questões envolvendo o direito pela igualdade, mas na questão dos direitos a ser diferente. Uma busca por reconhecimento, no qual os movimentos sociais foram de grande contribuição para a construção do cidadão.

Também na América Latina a experiência dos movimentos sociais está levando a uma redefinição do que se entende por cidadão, não apenas em relação aos direitos à igualdade mas também em relação aos direitos à diferença. Isto implicaria uma perda de substância no conceito de cidadania manipulado por juristas: mais do que como valores abstratos, os direitos são importantes como algo que se constrói e muda com as práticas e discursos. A cidadania e os direitos não falam unicamente da estrutura formal de uma sociedade; indicam, além disso, o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de “interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”. Os direitos são reconceitualizados como “princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente consentida (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um”. Os direitos são concebidos como expressão de uma ordem estatal e como “uma gramática civil”. (CANCLINI, 2005, p. 36).

De acordo com o autor Viana em sua obra, *O que são minorias?* Ele relata a falta de alcance das minorias ao poder público.

Acesso ao poder é determinado pela classe social e não por pertencimento a grupos, embora, obviamente, indivíduos de alguns grupos tenham maior dificuldade de acesso, o que geralmente ocorre, no entanto, mais por pertencimento de classe do que de grupo. Outros grupos são minoritários no sentido quantitativo e estão bem próximos do poder, como os maçons. De

qualquer forma, inúmeros outros grupos, além dos já citados, poderiam – e são – considerados minorias – seja pelo critério quantitativo ou supostamente “sociológico”, como os ciganos, crianças, idosos, ateus, homossexuais, “loucos”, etc. (VIANA, 2008, s.p).

Canclini discorre sobre a democracia e seu ganho de espaço na sociedade, trazendo um exemplo do voto obrigatório e facultativo; e também sobre as manifestações e os movimentos sociais realizados, por fim deixa um questionamento: onde está o povo? .

(...). Ainda se escuta em manifestações políticas de cidades latino-americanas: "Se este não é o povo, onde o povo está?" Esta fórmula era verossímil nos anos 1970, quando as ditaduras militares suprimiram partidos, sindicatos e movimentos estudantis. Cem ou duzentas mil pessoas reunidas na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, ou na Alameda, em Santiago do Chile, ou percorrendo as ruas de São Paulo sentiam que a sua desafiante irrupção representava aqueles que tinham perdido a possibilidade de se expressar através das instituições políticas. A restituição da democracia abriu tais espaços, mas nestes países - como nos outros - a crise dos modelos liberais, populistas e socialistas, o esgotamento das formas tradicionais de representação e a absorção da esfera pública pela mídia tornaram duvidoso aquele refrão. Nas nações onde o voto é voluntário, mais da metade da população se abstém nas eleições; onde é obrigatório, as pesquisas revelam que 30 a 40% não sabe em quem votar uma semana antes dos comícios. Se as manifestações nas ruas e nas praças diminuem, e se dispersam em múltiplos partidos, movimentos juvenis, indígenas, feministas, de direitos humanos e tantos outros, ficamos com a última parte da questão: onde está o povo? . (CANCLINI, 2005, p. 42- 43).

Aos ensinamentos de Mello, temos a conhecida trindade, liberdade, igualdade e fraternidade, expressão essa usada nas principais bandeiras da Revolução Francesa. A igualdade se tem um conceito vago, servindo assim como um simples indicador de valores que se acresce, muitas vezes a igualdade se confunde com o sentido de justiça para se balancear com a liberdade. A fraternidade passou a se chamar de solidariedade com o passar do tempo, assim como o conceito da igualdade, a solidariedade traz também um conceito vago.

Da mesma forma que a igualdade, a solidariedade é um princípio vazio, pois não traz conteúdos materiais específicos, podendo ser visualizada ao mesmo tempo como valor ético e jurídico, absolutamente abstrato, e como princípio positivado nas constituições. É sobretudo uma obrigação moral ou um dever jurídico. (MELLO, 2001, p.244).

Canclini comenta em seu livro Consumidores e Cidadão que as lutas são tirando do plano histórico (essência histórica) e se delimitando pelas relações de consumo. “as

lutas de gerações a respeito do necessário e do desejável mostram outro modo de estabelecer as identidades e construir a nossa diferença”. (CANCLINI, 2005, p. 30).

Wolkmer, frisa no que diz respeito ao o aspecto referente à ampliação do Princípio da solidariedade que de acordo com as transformações sociais, movimentos sociais ocorridos nos últimos tempos tiveram uma extensão dos direitos/sujeitos coletivos, entre outros, no trecho a seguir o autor expõe alguns exemplos:

As transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, a amplitude dos sujeitos coletivos, as formas novas e específicas de objetividades e a diversidade da maneira de ser em sociedade têm projetado e intensificado outros direitos que podem ser inseridos na terceira dimensão, como os direitos de gênero (dignidade da mulher, subjetividade feminina), os direitos da criança, os direitos do idoso (terceira idade), os direitos dos deficientes físico e mental, os direitos das minorias (étnicas, religiosas, sexuais) e os novos direitos da personalidade (a intimidade, a honra, a imagem). (WOLKMER, 2002, p. 130).

Para Canclini, “além disso reduz-se a cidadania a uma questão política, e se acredita que as pessoas votam e atuam em relação às questões públicas somente em razão de suas convicções individuais e pela maneira como raciocinam nos confrontos de ideias”. (CANCLINI, 2005, p. 35).

Touraine remete-se a liberdade e o fato de pertencer a uma cultura, assim como os movimentos sociais são denominados por pertencer alguma categoria ou defender alguma causa, também se levanta uma preocupação da cultura estar sendo ameaçada pelo agrupamento do econômico, social e político.

(...) sua liberdade está ligada ao fato de pertencer a uma cultura. Como todos os movimentos sociais realizados por categorias dominadas, sua defesa, às vezes toma a forma de reivindicações positivas, herdeiras da defesa dos direitos dos trabalhadores e que hoje já fala dos direitos do doente, dos estudantes ou dos telespectadores, a forma mais defensiva de ligação com a cultura que está ameaçada pela penetração de um poder econômico, político ou cultural vindo de fora. (TOURAINÉ, 2008, p. 333).

De acordo com a obra de Warren (2008), no “Movimento cidadão crítico (década de 2000): controle social pela cidadania” pode-se observar que neste momento há uma emergência de uma rede de movimento social que busca uma nova presença na esfera pública, de engajamento com as questões nacionais, mas de autonomia em relação à esfera governamental.

Trata-se de empoderar e capacitar a sociedade civil para participar na esfera pública estatal, negociando e colocando os interesses e reivindicações da

sociedade civil, resguardando a autonomia de suas concepções e posicionamentos.

Alguns movimentos populares titularam-se de “projeto de nação”.

Em síntese, essa nova forma de fazer política dos movimentos sociais em rede, denomina-se de “movimento cidadão crítico”. (WARREN, 2008, p. 14-15).

Os movimentos sociais brasileiros da segunda metade do século XX desejavam alcançar mudanças sociais em prol da cidadania. O movimento cidadão crítico vem conseguindo reverter a sua concepção de lutas, buscando o controle social das políticas públicas pela cidadania organizada a partir das redes da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema tributário é um importante mecanismo a serviço do modelo de Estado, tendo em vista que o tributo tem um poder de interferência direta nas condutas (ações e omissões) dos cidadãos-contribuintes, bem como, pelo fato de que é justamente por meio da arrecadação tributária, que o Estado subsiste estruturalmente.

E através das políticas públicas e o amplo exercício da cidadania, que a tributação recolhida de forma justa conforme a capacidade de cada contribuinte, e que aja o retorno desse dinheiro para o mínimo existencial do ser humana, há uma possibilidade de se obter como resultado final uma redução expressiva da desigualdade social no Brasil. Por enquanto, nota-se que a tributação nacional tem contornos amplamente definidos na Constituição e sendo assim, deve se respeitar a força normativa de seu texto, para que se possa efetivamente e concretamente atender aos direitos fundamentais dos cidadãos.

Como dito anteriormente, Por este motivo, a importância de uma educação fiscal, para que assim os indivíduos possam participar interagir, discutir, e analisar a tributação imposta pelo estado. A democracia exige duas formas bases: a primeira é que todo o imposto é criado por uma lei, ou seja, o Estado só pode exigir algum imposto se foi autorizado por lei, a segunda e que todo o gasto publico necessita ser autorizado por uma lei, por meio de um orçamento descrevendo a sua utilização.

Portanto, acompanhar os gastos públicos é um direito fundamental de cidadania pelo povo, pois é uma responsabilidade social. Cabe ao individuo reivindicar e interagir ativamente na atividade fiscal do Estado.

Dai podemos citar juntamente a relevância e a contribuição dos movimentos sociais em questões tributárias, em que por meio desses movimentos se buscou o exercício pleno da cidadania a fim de garantir o mínimo existencial (os direitos fundamentais), e a importância do saber educacional nas relações públicas, envolvendo as contribuições feitas pelo cidadão-contribuinte e assim saber o que fiscalizar e como funciona a atividade pública para poder questionar as autoridades sobre os gastos.

REFERÊNCIAS:

BASTOS, Elísio Augusto Velloso, A função tributária Por uma efetiva função social do tributo. **Revista de Informações Legislativa**. Brasília a.43 n. 169 jan/mar. 2006.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/43/169/ril_v43_n169_p143.pdf.

Acesso em: 09/09/19.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. **Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Educação fiscal no contexto social / Programa Nacional de Educação Fiscal**. 3 ed. rev. e atual. Brasília: ESAF, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **CONSUMIDORES E CIDADÃOS: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução: Maurício Santana Dias. 5ª edição. Editora UFRJ, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

DEMO, Pedro. **Pobreza política: polêmicas do nosso tempo**. 6. ed. Campinas: Autores associados, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**/ Anthony Giddens; tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda. – 6. Ed. – Porto Alegre: Penso, 2012

LIMA, Ivan Cordeiro. **Educação Fiscal para a Cidadania**. São Paulo FAZESP.
LOPES, Ana Maria D'Ávila. **A cidadania na Constituição Federal brasileira de 1988**. In: Constituição e democracia: estudos em homenagem ao professor J. J. Canotilho. BONAVIDES, Paulo; LIMA, Francisco Gérson Marques de; BEDÊ, Fayga Silveira (coord.). São Paulo: Malheiros, 2006.

MACHADO, Hugo de Brito- **Curso de Direito Tributário**. – 34ª Ed. 2013- - editora Malheiros. São Paulo.

MELLO, Celso de Albuquerque / **Teoria dos direitos fundamentais** [et al.]; Org.: Ricardo Lobo Torres. -2. Ed.- Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

NABAIS, José Casalta. **Solidariedade social, cidadania e direito fiscal**. In: GRECO, Marco Aurélio. GODOI, Marciano Seabra de (Coords.). Solidariedade social e tributação. São Paulo: Dialética, 2005, p. 110-140.

NETO, Alberto Amadei: **Sociedade justa e seus inimigos**. / organizado por Antonio David Cattani e Marcelo Ramos Oliveira. – Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

NOGUEIRA. Rui Barbosa. **Curso de Direito Tributário**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

PAULSEN, Leandro. **Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência**. 16ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. **O direito ao mínimo existencial**. [s.l.]: Renovar, 2009.

TOURAINÉ, Alain (2008), **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes.

VIANA, Nildo. *Dialetica e contemporaneidade*. Edmilson Marques e Lucas Maia (orgs.). Lisboa. Chiado, 2018.

VIANA, Nildo. O que são minorias? . 2008. Disponível em:

<https://informecritica.blogspot.com.br/2016/08/o-que-sao-minorias.html> e cedido para ser republicado no Blog Café com Sociologia. Acesso em: 10/09/19.

WARREN, Ilse Scheren. **Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo**. *Revista História, Debate e Tendência*, vol. 7, nº 1 jan-jul 2008, p. 7-21. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2947/1994>>. Acesso em: 10/09/19.

WARREN, Ilse Scherer. **REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA - caminhos para uma política emancipatória?** . 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/07.pdf>. Acesso em: 10/09/19.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução aos Fundamentos de Uma Teoria Geral dos “Novos” Direitos**. In: *Revista Jurídica (FIC)*. Vol 02 n. 31. Curitiba, 2002.

Submetido em 30.09.2019

Aceito em 07.10.2019